

REFERÊNCIAS

Brasil. Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025. Institui o Imposto sobre Bens e Serviços, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços e o Imposto Seletivo; cria o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços; e altera a legislação tributária. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm.

Fernandez, B. P. M.; Silva, L. P. 2024. PINK TAX: Por que as mulheres pagam mais do que os homens pelos mesmos serviços? Um estudo exploratório nas cinco maiores regiões metropolitanas do Brasil. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 27, e93288. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1796/179677569007/179677569007.pdf>.

Ruediger, M. A. 2020. Existe taxa rosa no Brasil? Incidência da discriminação de gênero em produtos no varejo online. Rio de Janeiro: FGV DAPP. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/6d9f043c-1bf8-432c-bc55-5de5954a5982>.

IBGE. 2026. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual: tabela 7444: rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, de todos os trabalhos, a preços médios do último ano, por sexo. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7444#resultado>.

Silva, L. I.; Ferreira, D. D. M.; Borba, J. A. 2026. O preço é alto, a cor é pink: Quanto custa ser mulher? Nova Economia, Belo Horizonte, v. 36, n. 1. Disponível em: https://revistas.face.ufmg.br/novaeconomia/pt_BR/article/view/8899.